

Disponível em nosso site: https://sintius.org.br

País terá 2 ou 3 meses de deflação e IPCA fechará 2022 por volta de 6,5%, diz Campos Neto

O Brasil terá dois ou três meses de queda de preços e a inflação encerrará 2022 ao redor de 6,5% ou talvez um pouco abaixo disso, afirmou o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, nesta terça-feira (23).

"Quando olhamos para o Brasil, [vemos] um processo inflacionário alto. Neste ano, a inflação ficará por volta de 6,5%, talvez um pouco menor. Não estamos comemorando isso muito intensamente, nós pensamos que ainda há um grande trabalho a ser feito", afirmou Campos Neto em evento sobre investimentos em Santiago, no Chile.

A projeção de inflação do último Copom (Comitê de Política Monetária) para 2022 situava-se em 6,8%. A pesquisa Focus divulgada pelo BC na segunda-feira (22) mostrou que o mercado financeiro reduziu a expectativa para a alta do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) neste ano para 6,82%, ante 7,02% na semana anterior.

Segundo o presidente do BC, parte da redução da inflação se deve às medidas implementadas pelo governo. Em junho, o presidente Jair Bolsonaro (PL) sancionou a lei que definiu o teto de 17% ou 18% para a cobrança de ICMS sobre combustíveis, energia elétrica, transporte e telecomunicações.

A mudança é parte da ofensiva do Palácio do Planalto para reduzir os preços dos combustíveis e frear a inflação às vésperas das eleições. Segundo o último Datafolha, de agosto, Bolsonaro aparece em segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto, atrás do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

"Quando olhamos para o processo de inflação, esperamos dois ou três meses de deflação. Tivemos deflação no último mês, provavelmente teremos outra deflação neste mês. Novamente, muito impactado pelo preço da energia e das medidas", disse Campos Neto.

Com o impacto da redução das alíquotas de ICMS sobre os preços de combustíveis e energia elétrica, o Brasil teve deflação (queda de preços) de 0,68% em julho, de acordo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 24 de agosto.

Brasil é país pobre e precisa crescer para resolver pobreza, diz Roberto Setubal

O Brasil é um País pobre e não se resolve a pobreza distribuindo renda. "O Brasil precisa crescer para resolver o problema da pobreza", afirmou Roberto Setubal, copresidente do Conselho de Administração do banco Itaú em Live no canal do YouTube da Kinea, gestora do grupo financeiro. "Temos problemas seriíssimos no Brasil, como o de distribuição de renda. Mas não resolvemos esse problema distribuindo uma renda que não existe", disse.

Setubal reforçou que a economia brasileira precisa crescer para que seja possível "distribuir riqueza de fato". "O crescimento econômico é fundamental para se resolver o problema da pobreza no Brasil. (...) E não vejo os candidatos falando de crescimento econômico, de reforma", comentou.

Ele citou a necessidade de algumas reformas, como a tributária, e que algumas mudanças para aumentar a produtividade do Brasil já foram feita, como privatizações da Eletrobras, e a reforma previdenciária.

Para crescer, Setubal afirmou que o Brasil precisa fazer algumas reformas importantes. Para isso, o próximo presidente precisa priorizar uma visão de longo prazo sem ter o calendário eleitoral em mente.

"Os governos assumem com o calendário eleitoral na cabeça. Uma reforma não dá resultado no dia seguinte. O resultado de uma reforma trabalhista, tributária, por exemplo, vem no longo prazo e não em apenas em um ou dois anos", disse Setubal. "Por isso, não entra na agenda prioritária dos governos fazerem reformas (. .), que muitas vezes quebram interesses de núcleos no curto prazo. Por isso, é tão difícil de aprovar", afirmou o banqueiro. "A pressão política é algo complicado. Nosso sistema político com 30 partidos é complicado. Por isso, uma reforma política seria muito bem-vinda", destacou.

Saiba mais em: A Tribuna, quarta-feira 24 de agosto.

Por que trabalho remoto pode ser 'tortura' para quem pensa demais

Qualquer pessoa pode sofrer com o isolamento causado pelo trabalho remoto.

Até para as pessoas menos sociáveis, passar os dias de trabalho com apenas uma webcam ou uma plataforma de mensagens para fazer contato com as mesmas pessoas que antes elas viam todos os dias pode acabar sendo prejudicial.

Mas esse isolamento pode ser particularmente difícil para um tipo de profissional: o que "pensa demais". São indivíduos que tendem a analisar excessivamente os eventos à sua volta e precisam ser frequentemente tranquilizados de que tudo está correndo bem.

As pessoas podem pensar demais em qualquer ambiente que abra espaço para a incerteza, como nas relações sociais ou no ambiente de trabalho.

Mas os especialistas afirmam que o trabalho remoto pode piorar a tendência a pensar demais, pois a falta de comunicação presencial entre os colegas aumenta a ambiguidade e a incerteza.

Esses fatores podem acionar espirais de pensamento excessivo, como "o que quer dizer aquele e-mail de uma linha, vou ser demitido na reunião por Zoom desta tarde?"

É claro que as pessoas podem tomar medidas para tentar evitar esses pensamentos intrusivos. Mas os gerentes também precisam comunicar-se melhor, para que os funcionários estejam a par do seu desempenho e não fiquem sozinhos, tentando imaginar uma situação.

"As pessoas que pensam demais tendem a ser superconscienciosas, tendem a ser indivíduos altamente responsáveis e um pouco perfeccionistas", afirma Craig Sawchuk, psicólogo da Clínica Mayo, uma das maiores organizações de pesquisa médica dos Estados Unidos. "Eles têm cuidado com o seu trabalho e realmente querem fazêlo bem feito."

Eles também tendem a ser "emocionalmente muito antenados", segundo Jeffrey Sanchez-Burks, cientista do comportamento da Escola de Negócios Ross da Universidade de Michigan, nos Estados Unidos.

Por isso, funcionários que pensam demais podem ser um trunfo no ambiente de trabalho. Eles são diligentes, trabalhadores e conscientes dos sentimentos dos demais; e, como passam muito tempo pensando no seu desempenho e no que as pessoas pensam deles, podem ser profissionais dedicados e comprometidos. "É realmente um ponto forte", afirma Sawchuk.

Sawchuk afirma que, quando essas pessoas começam a se preocupar, elas tendem a seguir um dentre dois caminhos. Ou elas se desconectam da situação, ou se dedicam a ela excessivamente, para ter reafirmações constantes de que os seus temores são infundados.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 24 de agosto.

Projeto que amplia rol da ANS deve ser votado na próxima terça-feira

Senadores, representantes do governo, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), dos planos de saúde, de médicos e familiares de pacientes discutiram em uma audiência pública temática do Senado, nesta terça-feira (23), o Projeto Lei 2.033/22, que altera a legislação atual para estabelecer hipóteses de cobertura de exames ou tratamentos de saúde que não estão incluídos no rol de procedimentos e eventos em saúde suplementar.

Sob a relatoria do senador Romário (PL-RJ), o texto, já aprovado pelos deputados, obriga os planos de saúde a cobrirem procedimentos terapêuticos e tratamentos fora da lista estabelecida pela Agência Nacional de Saúde (ANS).

A polêmica surgiu a partir de uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que, em junho, decidiu que as operadoras só devem cobrir o que está na lista da ANS.

A expectativa é que a matéria seja pautada no plenário da Casa na próxima terça-feira (30). "Não podemos negar a essas pessoas o direito de uma existência digna e com menos sofrimento. Muitos brasileiros e brasileiras pagam caro por planos de saúde para garantir o melhor tratamento a suas famílias", disse Romário.

Saiba mais em: CNTI, quarta-feira 24 de agosto.